

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DAS PALAVRAS À REALIDADE: 320.428 trabalhadores com salários mais baixos não são beneficiados com a reposição dos cortes salariais**• SUMÁRIO**

- Há salários baixos na Função Pública: no 4º Trim.2015, a remuneração base média mensal ilíquida de 152.561 trabalhadores era de 607€, e de 85.012 era 908€/mês.
- 48,8% dos trabalhadores (320.428) da Função da Função com salários mais baixos, cujas remunerações estão congeladas desde 2010, não são beneficiados com a reposição dos cortes salariais; apenas 51,2% (335.906) com ganhos médios superiores a 1500€, é que serão beneficiados com a reposição de 447 milhões € de remunerações ilíquidas (sujeitas a IRS, CGA, ADSE), pois foram estes que tiveram cortes nas remunerações.
- Não há dinheiro para atualizar nem pensões nem as remunerações mais baixas da Função Pública mas, em 2016, o Estado vai gastar 1449 milhões € (-19 milhões € do que em 2015) com aquisições de serviços a privados (estudos, consultoria, publicidade, vigilância e segurança, assistência técnica, trabalhos especializados, etc.), e a despesa com “Estudos, pareceres, projetos e consultoria” da Administração direta do Estado aumenta 81%.

Muito se tem falado sobre a reversão das medidas mais graves do governo PSD/CDS que tem sido feita pelo governo do PS de António Costa, criando-se a ideia que com isso foram alteradas as condições de vida da maioria dos portugueses com baixos rendimentos, nomeadamente pensionistas e trabalhadores, o que não é verdade. No estudo anterior mostramos isso em relação aos 3 milhões de pensionistas cujas pensões, apesar de terem sido descongelados, tiveram aumentos em 2016 que variam entre 80 céntimos e 2,5€ por mês (as até 628€), e as restantes continuam congeladas desde 2010. Neste estudo vamos analisar a situação dos trabalhadores da Função Pública. E isto porque é importante ser rigoroso, explicar e falar verdade, pois se não houver esse cuidado e esse rigor os atingidos sentir-se-ão enganados e confiança desaparecerá. Centenas de milhares de portugueses ainda não sentiram os efeitos da substituição de um governo de direita por um governo do PS apoiado pelos partidos de esquerda. E isso é uma realidade que não se muda com palavras.

Quadro1 – A remuneração base média ilíquida mensal e o ganho médio ilíquido mensal por categorias profissionais dos trabalhadores da Função Pública em 2015

CARGO / CARREIRA / GRUPO	31-dez-15	Outubro de 2015		Trabalhadores que não têm aumentos desde 2010 nem têm reposição de cortes
	Nº Trabalhadores	Remuneração Base Média Mensal Bruto	Ganho médio Mensal Bruto	
Total	656.334	1.402,4 €	1.618,9 €	320.428
Dirigente superior:	1.609	3.616,7 €	4.434,1 €	
Dirigente intermédio:	9.309	2.508,7 €	2.968,8 €	
Técnico Superior	57.905	1.622,2 €	1.775,6 €	
Assistente técnico/administrativo	85.012	908,7 €	1.043,3 €	85.012
Assist. operacional/operário/auxiliar	152.561	607,3 €	742,2 €	152.561
Informático	4.896	1.676,4 €	1.842,1 €	
Magistrado	3.892	4.514,2 €	5.285,1 €	
Diplomata	377	2.340,7 €	8.569,6 €	
Pessoal de Investigação Científica	1.349	3.124,0 €	3.243,2 €	
Docente Ensino Universitário	13.978	3.277,5 €	3.387,4 €	
Docente Ensino Superior Politécnico	8.846	2.745,6 €	2.861,5 €	
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	129.149	1.968,1 €	2.075,8 €	
Pessoal de Inspecção	1.584	2.079,2 €	2.410,4 €	
Médico	26.749	2.619,4 €	3.421,4 €	
Enfermeiro	41.855	1.307,1 €	1.513,0 €	41.855
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.641	1.220,9 €	1.385,4 €	8.641
Técnico Superior de Saúde	1.879	1.803,7 €	2.019,8 €	
Administração Tributária e Aduaneira	9.454	1.791,3 €	1.980,8 €	
Conservador e Notário	614	3.349,0 €	3.624,6 €	
Oficial dos Registos e do Notariado	4.046	1.827,1 €	1.992,7 €	
Oficial de Justiça	7.646	1.351,8 €	1.586,7 €	
Forças Armadas	29.178	1.132,8 €	1.518,7 €	29.178
Polícia Judiciária	2.210	1.760,6 €	2.163,9 €	
Polícia de Segurança Pública	21.406	1.342,6 €	1.809,6 €	
Guarda Nacional Republicana	22.781	1.411,3 €	1.650,2 €	
Serviço Estrangeiros Fronteiras	742	2.009,8 €	2.781,4 €	
Guarda Prisional	4.082	990,7 €	1.809,2 €	
Outro Pessoal de Segurança	1.403	1.091,3 €	1.579,5 €	
Bombeiro	2.044	976,0 €	1.459,8 €	2.044
Polícia Municipal	1.137	934,0 €	1.368,2 €	1.137

FONTE: Estatísticas do Emprego Público, 4º Trim.2015, DGAEP, Ministério Administração Pública e Finanças

48,8% dos trabalhadores da Função Pública não são beneficiados com a reposição do corte dos salários em 2016

Contrariamente ao que muitas vezes se pensa ou afirma (*a ignorância neste campo fomentada pelos anteriores governos é muito grande*) existem na Administração Pública centenas de milhares de trabalhadores com baixos salários. Os dados do quadro anterior, que são do Ministério das Finanças referentes ao 4º Trim.2015, revelam isso. E tenha-se presente que são salários e ganhos médios, portanto existem muitos trabalhadores a receber menos que os valores médios. E como se conclui, mesmo no 4º Trim.2015, existiam 152.561 trabalhadores a receberem uma remuneração base média ilíquida de apenas 607,2€ por mês, e 85.012 com uma remuneração ilíquida base média de 908€ por mês. A adicionar a estes valores há o subsídio de refeição que tem, há já vários anos, um valor de 4,27€ por dia. E tenha-se presente que são remunerações mensais ilíquidas, e sobre elas incide o desconto de 11% para a CGA, de 3,5% para a ADSE e os trabalhadores da Função Pública, à semelhança do que aconteceu com os restantes trabalhadores, tiveram de suportar um enorme aumento do IRS feito pelo governo PSD/CDS e também os restantes impostos.

APENAS 51,2% DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICO É QUE SERÃO BENEFICIADOS COM A REPOSIÇÃO DE 447 MILHÕES € DE REMUNERAÇÕES ILÍQUIDAS

Quem não conheça a realidade da Administração Pública, e fala sobre a reposição dos cortes salariais pensa que todos os trabalhadores da Função Pública são beneficiados, e terão a ilusão de ter um aumento nos seus rendimentos. Mas como mostram os dados do Ministério das Finanças do quadro 1, apenas 51,2% dos trabalhadores da Função Pública (335.906) têm ganhos médios mensais superiores a 1.500 €, e foram estes que sofreram cortes nas suas remunerações e serão estes que serão beneficiados com a reposição de 447 milhões € de remunerações ilíquidas. E essa reposição é tanto maior quanto mais elevada é a remuneração. Portanto, pensar ou dizer que todos os trabalhadores da Função Pública são igualmente beneficiados com esta medida, que é profundamente justa; repetindo, pensar ou dizer que a reposição de salários beneficia de igual forma todos os trabalhadores da Função Pública, é não falar verdade, é esquecer a dura realidade dos trabalhadores da Função Pública com baixos salários que se mantêm congelados desde 2010, mas que tiveram de suportar o aumento de preços (7% desde de 2010), um enorme aumento de impostos e uma subida de 133% da taxa de desconto para a ADSE que passou de 1,5% para 3,5%.

NÃO HÁ DINHEIRO PARA ATUALIZAR NEM AS PENSÕES NEM AS REMUNERAÇÕES MAIS BAIXAS DA FUNÇÃO PÚBLICA, NEM PARA REDUZIR OS ESCALÕES DO IRS, MAS HÁ DINHEIRO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PRIVADOS, ALIMENTANDO NEGÓCIOS PRIVADOS

O quadro 2, construído com dados dos Mapas Informativos que acompanham o Orçamento do Estado de 2015 e 2016, mostra os milhares de milhões € que o Estado gasta anualmente com aquisição externa de serviços, alimentando negócios privados.

Quadro 2 – Aquisição de serviços a privados em 2015 e 2016

RUBRICAS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	Administração direta do Estado (Serviços integrados)			Serviços e Fundos Autónomos			TOTais		
	2015 Milhões €	2016 Milhões €	Var.%	2015 Milhões €	2016 Milhões €	Var.%	2015 Milhões €	2016 Milhões €	Var.%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	12,2	22,1	81,2%	66,3	76,8	15,9%	78,5	98,9	26,0%
Publicidade	3,7	3,6	-3,1%	30,6	30,8	0,7%	34,2	34,3	0,3%
Vigilância e segurança	17,4	21,0	20,7%	114,8	112,7	-1,9%	132,2	133,6	1,1%
Assistência técnica	51,8	38,9	-24,8%	145,1	149,4	3,0%	196,9	188,4	-4,3%
Outros trabalhos especializados	164,9	172,4	4,5%	522,5	471,1	-9,8%	687,4	643,5	-6,4%
Outros serviços	51,1	72,6	42,2%	287,7	278,0	-3,4%	338,8	350,6	3,5%
SOMA	301,0	330,5	9,8%	1.167,0	1.118,8	-4,1%	1.468,0	1.449,4	-1,3%

FONTE: Mapas Informativos - Orçamento do Estado para 2015 e 2016

Em 2015, o Estado gastou com aquisição de serviços a privados 1.468 milhões € e, em 2016, aprovou gastar com o mesmo tipo de aquisições 1.449 milhões €, ou seja, apenas menos 18,7 milhões €, o que mostra que pouco mudou. Uma análise mais atenta revela situações que atingem o escândalo. Por ex., a nível da administração direta do Estado, entre 2015 e 2016, a despesa com “Estudos, pareceres, projetos e consultoria”, ou seja, com escritórios de advogados e de outros consultores aumenta 81,2%, e com serviços de “vigilância e segurança” paga a privados sobe 20,7%; etc. É um escândalo que merecia uma atenção maior dos partidos que apoiam este governo. Bastava cortar aqui para se poder fazer um aumento mais digno das pensões e atualizar os salários mais baixos dos trabalhadores da Função Pública. **Eugénio Rosa, 12.3.2015, edr2@netcabo.pt**